

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	21
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	22
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.829.941
Preferenciais	30.829.941
Total	61.659.882
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.876.185	1.790.595	1.830.762
1.01	Ativo Circulante	143.242	11.482	122.142
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.848	11.459	122.142
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	23	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.393	0	0
1.01.08.03	Outros	131.393	0	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	131.126	0	0
1.01.08.03.02	Impostos a recuperar	267	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.732.943	1.779.113	1.708.620
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.045	1.806	17.458
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.045	1.806	2.762
1.02.01.07.02	Impostos a recuperar	2.045	1.806	2.762
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	0	14.696
1.02.01.10.03	Partes relacionadas	0	0	14.696
1.02.02	Investimentos	1.730.898	1.777.307	1.691.151
1.02.03	Imobilizado	0	0	11

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.876.185	1.790.595	1.830.762
2.01	Passivo Circulante	279.405	94.978	220.394
2.01.02	Fornecedores	0	46	4.927
2.01.03	Obrigações Fiscais	80	85	455
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	80	85	455
2.01.03.01.02	Impostos, contribuições e taxas a recolher	80	85	455
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.939	94.847	62.125
2.01.04.02	Debêntures	106.939	94.847	62.125
2.01.05	Outras Obrigações	172.386	0	152.887
2.01.05.02	Outros	172.386	0	152.887
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	172.386	0	110.579
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de investimento	0	0	42.308
2.02	Passivo Não Circulante	629.721	693.659	735.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	629.721	693.659	735.576
2.02.01.02	Debêntures	629.721	693.659	735.576
2.03	Patrimônio Líquido	967.059	1.001.958	874.792
2.03.01	Capital Social Realizado	66.071	66.071	66.071
2.03.04	Reservas de Lucros	890.485	922.118	803.979
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.503	13.769	4.742

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	380.247	359.467	976.569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58	-144	-712
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-664	-1.796	830.684
3.04.04.01	Outras Receitas	-589	-1.762	148
3.04.04.02	Ganho na remensuração de investimento	0	0	830.536
3.04.04.03	Despesas com pessoal e administradores	-75	-34	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	380.969	361.407	146.597
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	380.247	359.467	976.569
3.06	Resultado Financeiro	-89.494	-98.345	-13.685
3.06.01	Receitas Financeiras	3.008	7.867	991
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.502	-106.212	-14.676
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	290.753	261.122	962.884
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	290.753	261.122	962.884
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	290.753	261.122	962.884
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,7154	4,2349	19,9281
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,7154	4,2349	19,9281

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	290.753	261.122	962.884
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.266	9.027	35.096
4.02.01	Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	-3.266	9.027	35.096
4.03	Resultado Abrangente do Período	287.487	270.149	997.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	239.507	246.740	140.876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.056	5.087	-68
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	290.753	261.122	962.884
6.01.01.02	Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	89.549	101.449	13.960
6.01.01.06	Atualização financeira sobre aplicações financeiras	-1	-4	0
6.01.01.10	Equivalência patrimonial	-380.969	-361.407	-146.597
6.01.01.11	Resultado na remensuração de ativos	0	0	-830.536
6.01.01.17	Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	0	1.817	0
6.01.01.18	Custo de transação de Debêntures	2.724	2.110	221
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-558	-4.283	5.686
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-506	969	-14
6.01.02.04	Partes relacionadas	0	0	10
6.01.02.06	Fornecedores	-46	-4.881	5.323
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-1	0	0
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-5	-371	367
6.01.03	Outros	238.009	245.936	135.258
6.01.03.03	Dividendos recebidos	292.987	298.973	135.258
6.01.03.04	Juros pagos sobre debêntures	-54.978	-50.912	0
6.01.03.05	Juros pagos na aquisição de investimento	0	-2.125	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	23	-19	-706.607
6.02.01	Aquisição de participação adicional em controlada	0	0	-706.607
6.02.04	(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras	23	-19	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-239.141	-357.404	687.666
6.03.01	Contas a pagar pela aquisição de investimento	0	-42.000	0
6.03.02	Dividendos pagos	-150.000	-253.562	-96.147
6.03.03	Debêntures pagas	-89.141	-61.842	0
6.03.04	Captação Líquida de Debêntures	0	0	783.829
6.03.05	Partes relacionadas	0	0	-16

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	389	-110.683	121.935
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.459	122.142	207
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.848	11.459	122.142

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-31.633	0	-3.266	-34.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	290.753	0	290.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-31.633	-290.753	-3.266	-325.652
5.05.02.06	Dividendos declarados imputado ao mínimos obrigatório	0	0	0	-72.688	0	-72.688
5.05.02.07	Dividendos declarados adicional	0	0	0	-60.333	0	-60.333
5.05.02.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	157.732	-157.732	0	0
5.05.02.09	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	-3.266	-3.266
5.05.02.10	Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022	0	0	-189.365	0	0	-189.365
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	890.485	0	10.503	967.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	118.139	0	9.027	127.166
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	261.122	0	261.122
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	118.139	-261.122	9.027	-133.956
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	-71.226	0	0	-71.226
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	9.027	9.027
5.05.02.09	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-65.280	0	-65.280
5.05.02.10	Dividendos adicionais distribuídos	0	0	0	-6.477	0	-6.477
5.05.02.11	Dividendos adicionais a distribuir	0	0	189.365	-189.365	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.490	0	-38.105	0	0	-20.615
5.04.01	Aumentos de Capital	17.490	0	0	0	0	17.490
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.105	0	0	-38.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	794.263	0	35.096	829.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	962.884	0	962.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	794.263	-962.884	35.096	-133.525
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-239.847	0	-239.847
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	0	0	71.226	0	0	71.226
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	35.096	35.096
5.05.02.09	Reserva Legal	0	0	3.498	-3.498	0	0
5.05.02.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	719.539	-719.539	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	0	0	148
7.01.02	Outras Receitas	0	0	148
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-510	-1.241	-644
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-440	-1.092	-644
7.02.04	Outros	-70	-149	0
7.02.04.02	Outros	-70	-149	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-510	-1.241	-496
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-510	-1.241	-496
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	383.977	369.274	978.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	380.969	361.407	146.597
7.06.02	Receitas Financeiras	2.785	7.375	991
7.06.03	Outros	223	492	830.536
7.06.03.01	Outras receitas	223	492	830.536
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	383.467	368.033	977.628
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	383.467	368.033	977.628
7.08.01	Pessoal	63	28	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	63	28	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	149	671	154
7.08.02.01	Federais	149	671	154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.502	106.212	14.590
7.08.03.01	Juros	89.549	103.265	14.357
7.08.03.03	Outras	2.953	2.947	233
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	2.953	2.947	233
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	290.753	261.122	962.884
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	157.732	189.365	794.263
7.08.04.02	Dividendos	133.021	71.757	168.621

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.651.732	3.726.467	3.825.487
1.01	Ativo Circulante	340.281	355.487	387.700
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	135.650	172.939	238.982
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.852	12.578	33.007
1.01.03	Contas a Receber	176.312	161.675	103.352
1.01.03.01	Clientes	176.312	161.675	103.352
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	0	6.423
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.900	5.190	3.868
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.567	3.105	2.068
1.01.08.03	Outros	9.567	3.105	2.068
1.01.08.03.01	Impostos a recuperar	8.536	0	0
1.01.08.03.02	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	0	320	1.321
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	1.031	2.785	747
1.02	Ativo Não Circulante	3.311.451	3.370.980	3.437.787
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.023	28.613	22.654
1.02.01.07	Tributos Diferidos	6.540	7.704	7.675
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	6.298	7.592	7.387
1.02.01.07.03	Impostos e contribuições diferidos	242	112	288
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.483	20.909	14.979
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	23.196	20.622	14.692
1.02.01.10.06	Outros Ativos Não Circulantes	287	287	287
1.02.03	Imobilizado	1.287.931	1.326.476	1.360.506
1.02.04	Intangível	1.993.497	2.015.891	2.054.627

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.651.732	3.726.467	3.825.487
2.01	Passivo Circulante	644.308	421.986	495.264
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.427	2.411	2.114
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.427	2.411	2.114
2.01.02	Fornecedores	431	542	7.893
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.310	35.361	9.229
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.310	35.361	9.229
2.01.03.01.02	Impostos, contribuições e taxas a recolher	30.310	35.361	9.229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	315.273	307.352	257.391
2.01.04.02	Debêntures	315.273	307.352	257.391
2.01.05	Outras Obrigações	285.293	67.770	208.493
2.01.05.02	Outros	285.293	67.770	208.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	175.612	0	110.579
2.01.05.02.04	Contas a pagar - aquisição de investimento	0	0	60.440
2.01.05.02.05	Receita diferida	4.143	1.773	4.367
2.01.05.02.06	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	19.419	6.703	609
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	683	537	225
2.01.05.02.08	Seguros a pagar	3.858	2.525	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	81.578	56.232	32.273
2.01.06	Provisões	10.574	8.550	10.144
2.01.06.02	Outras Provisões	10.574	8.550	10.144
2.01.06.02.04	Provisão para férias	2.194	2.305	2.241
2.01.06.02.05	Provisão para contrato oneroso	0	0	1.998
2.01.06.02.06	Provisões para compromissos futuros	8.380	6.245	5.905
2.02	Passivo Não Circulante	2.010.498	2.271.896	2.429.776
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.316.839	1.561.394	1.713.096
2.02.01.02	Debêntures	1.316.839	1.561.394	1.713.096
2.02.02	Outras Obrigações	70.840	84.274	83.225

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	1.428
2.02.02.02	Outros	70.840	84.274	81.797
2.02.02.02.03	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	61.076	75.318	81.797
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	879	1.350	0
2.02.02.02.05	Tributárias	8.885	7.606	0
2.02.03	Tributos Diferidos	573.679	585.148	596.300
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	573.679	585.148	596.300
2.02.04	Provisões	49.140	41.080	37.155
2.02.04.02	Outras Provisões	49.140	41.080	37.155
2.02.04.02.04	Provisões para compromissos futuros	44.955	38.110	34.574
2.02.04.02.05	Provisões para riscos	4.185	2.970	2.581
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	996.926	1.032.585	900.447
2.03.01	Capital Social Realizado	66.071	66.071	66.071
2.03.04	Reservas de Lucros	890.485	922.118	803.979
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.503	13.769	4.742
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29.867	30.627	25.655

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	717.591	714.371	56.758
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-166.288	-165.278	-14.633
3.02.01	Custos com depreciação e amortização	-82.134	-83.184	-6.369
3.02.02	Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-25.348	-23.960	-1.849
3.02.03	Custos com pessoal	-20.100	-18.821	-2.448
3.02.04	Custos com manutenção	-12.554	-15.673	-1.402
3.02.05	Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-11.024	-10.428	-833
3.02.06	Custos com seguros	-11.043	-9.015	-673
3.02.07	Custos com operação	-2.136	-2.258	-501
3.02.08	Taxas setoriais	-1.105	-996	-80
3.02.09	Custos com meio ambiente	-413	-463	-448
3.02.10	Outros custos	-431	-480	-30
3.03	Resultado Bruto	551.303	549.093	42.125
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.458	-13.198	982.234
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.521	-3.205	-1.531
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-21	856.854
3.04.04.02	Ganho na remensuração de investimento	0	0	853.789
3.04.04.03	Resultado na baixa de ativos	0	-21	3.065
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.937	-9.972	-2.057
3.04.05.01	Despesas com pessoal e administradores	-14.632	-12.869	-1.680
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-757	-724	-5
3.04.05.04	Receita com indenizações recebidas	3.797	17.500	0
3.04.05.05	Outras receitas (despesas), líquidas	-6.345	-13.879	-372
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	128.968
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	531.845	535.895	1.024.359
3.06	Resultado Financeiro	-196.780	-227.829	-32.476
3.06.01	Receitas Financeiras	30.511	28.941	2.031
3.06.02	Despesas Financeiras	-227.291	-256.770	-34.507

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	335.065	308.066	991.883
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.821	-39.192	-2.038
3.08.01	Corrente	-47.385	-50.204	-3.286
3.08.02	Diferido	11.564	11.012	1.248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	299.244	268.874	989.845
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	299.244	268.874	989.845
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	290.753	261.122	962.884
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.491	7.752	26.961
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0	19,9281
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0	19,9281

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	299.244	268.874	989.845
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.357	9.277	35.861
4.02.01	Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	-3.357	9.277	35.861
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	295.887	278.151	1.025.706
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	287.487	270.149	997.980
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.400	8.002	27.726

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	424.064	407.508	116.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	655.984	664.951	47.880
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	335.065	308.066	991.883
6.01.01.02	Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	61	0	-3.065
6.01.01.03	Encargos financeiros sobre debêntures	212.719	242.127	30.048
6.01.01.04	Amortização do ajuste a valor justo debêntures	-11.186	-12.119	0
6.01.01.05	Atualização financeira sobre depósitos judiciais	-336	-200	-24
6.01.01.06	Atualização financeira sobre aplicações financeiras	-3.340	-4.394	-154
6.01.01.07	Atualização financeira sobre compromissos futuros	764	447	208
6.01.01.08	Atualização financeira sobre contratos de aluguéis	16	11	7
6.01.01.09	Depreciação e amortização	82.534	83.908	6.374
6.01.01.10	Equivalência patrimonial	0	0	-128.968
6.01.01.11	Resultado na remensuração de ativos	0	0	-853.789
6.01.01.12	Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	25.348	23.960	1.849
6.01.01.13	Constituição do ajuste MRE	4.144	-3.422	-572
6.01.01.14	Apropriação do ajuste do MRE	468	-1.180	239
6.01.01.15	PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE	-130	0	12
6.01.01.16	Instrumentos financeiros derivativos (curva CDI x IPCA)	4.534	14.663	3.192
6.01.01.17	Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	0	2.596	0
6.01.01.18	Custo de transação de Debêntures	5.281	4.372	432
6.01.01.19	Provisão para redução ao valor recuperável	0	6.690	0
6.01.01.20	Provisão para riscos	42	-574	208
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.735	-93.494	456
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-14.637	-58.324	-1.789
6.01.02.02	Impostos a recuperar	1.361	6.655	-229
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-710	-441	682
6.01.02.05	Outros ativos	-488	48	361
6.01.02.06	Fornecedores	428	-12.058	2.169

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.07	Seguros a pagar	1.334	2.527	0
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	455	1.913
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-18.545	-21.334	1.463
6.01.02.10	Passivo de arrendamento	0	592	0
6.01.02.11	Provisão de férias	-111	-26	-1.605
6.01.02.12	Pagamento contrato oneroso	0	-1.998	-1.934
6.01.02.13	Pagamento provisão para riscos	-203	-105	0
6.01.02.14	Pagamento compromissos futuros	-4.940	-3.692	-505
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-2.238	-5.793	-32
6.01.02.16	Outros passivos	-2	0	-38
6.01.03	Outros	-193.185	-163.949	68.557
6.01.03.01	Atualização sobre provisões de riscos	1.376	80	0
6.01.03.02	Receita com indenizações recebidas	-3.797	0	0
6.01.03.03	Dividendos recebidos	0	0	68.564
6.01.03.04	Juros pagos sobre debêntures	-149.987	-152.230	0
6.01.03.05	Juros pagos na aquisição de investimento	0	-3.036	0
6.01.03.07	Juros pagos sobre contratos de aluguéis	-13	-11	-7
6.01.03.08	Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-40.764	-8.752	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.251	33.733	-898.459
6.02.01	Aquisição de participação adicional em controlada	0	0	-1.009.438
6.02.02	Caixa assumido em combinação de negócios	0	0	129.934
6.02.03	Aquisição de imobilizado e intangível	-9.114	-8.590	-2.722
6.02.04	(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras	3.066	24.823	-20.238
6.02.05	Indenização do sinistro do ativo imobilizado	3.797	17.500	4.005
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-459.102	-507.284	1.020.321
6.03.01	Contas a pagar pela aquisição de investimento	0	-60.000	0
6.03.02	Dividendos pagos	-155.932	-258.045	-99.005
6.03.03	Debêntures pagas	-293.460	-189.616	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.04	Captação Líquida de Debêntures	0	0	1.119.369
6.03.05	Partes relacionadas	0	0	2
6.03.06	Pagamento de arrendamento	-614	-577	-45
6.03.07	Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro Swap	9.228	12.223	0
6.03.08	Instrumentos derivativos pagos	-18.324	-11.269	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.289	-66.043	238.755
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.939	238.982	227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.650	172.939	238.982

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958	30.627	1.032.585
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958	30.627	1.032.585
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-31.633	0	-3.266	-34.899	-760	-35.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	290.753	0	290.753	8.491	299.244
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-31.633	-290.753	-3.266	-325.652	-9.251	-334.903
5.05.02.06	Dividendos declarados imputado ao mínimos obrigatório	0	0	0	-72.688	0	-72.688	-2.123	-74.811
5.05.02.07	Dividendos declarados adicional	0	0	0	-60.333	0	-60.333	-1.797	-62.130
5.05.02.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	157.732	-157.732	0	0	0	0
5.05.02.09	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	-3.266	-3.266	-91	-3.357
5.05.02.10	Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022	0	0	-189.365	0	0	-189.365	-5.240	-194.605
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	890.485	0	10.503	967.059	29.867	996.926

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792	25.655	900.447
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792	25.655	900.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	118.139	0	9.027	127.166	4.972	132.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	261.122	0	261.122	7.752	268.874
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	118.139	-261.122	9.027	-133.956	-2.780	-136.736
5.05.02.06	Aumento de capital acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	1.453	1.453
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	-71.226	0	0	-71.226	-2.261	-73.487
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	9.027	9.027	250	9.277
5.05.02.09	Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	0	0	0	-65.280	0	-65.280	-1.866	-67.146
5.05.02.10	Dividendos adicionais distribuídos	0	0	0	-6.477	0	-6.477	-356	-6.833
5.05.02.11	Dividendos adicionais a distribuir	0	0	189.365	-189.365	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	922.118	0	13.769	1.001.958	30.627	1.032.585

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048	787	66.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.581	0	47.821	0	-30.354	66.048	787	66.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.490	0	-38.105	0	0	-20.615	-2.858	-23.473
5.04.01	Aumentos de Capital	17.490	0	0	0	0	17.490	0	17.490
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.105	0	0	-38.105	-2.858	-40.963
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	794.263	0	35.096	829.359	27.726	857.085
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	962.884	0	962.884	26.961	989.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	794.263	-962.884	35.096	-133.525	765	-132.760
5.05.02.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-239.847	0	-239.847	0	-239.847
5.05.02.07	Dividendos mínimos obrigatórios destinados para reserva de lucros a realizar	0	0	71.226	0	0	71.226	0	71.226
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	0	0	0	0	35.096	35.096	765	35.861
5.05.02.09	Reserva Legal	0	0	3.498	-3.498	0	0	0	0
5.05.02.10	Reserva de lucros a realizar	0	0	719.539	-719.539	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.071	0	803.979	0	4.742	874.792	25.655	900.447

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	754.496	764.745	63.079
7.01.02	Outras Receitas	754.496	764.745	63.079
7.01.02.01	Venda de Energia - Bruta	755.372	742.643	58.097
7.01.02.02	Venda de Energia - Ajustes (MRE)	-4.612	4.602	811
7.01.02.03	Receita com indenizações recebidas	3.797	17.500	4.171
7.01.02.04	Resultado da baixa de ativo imobilizado	-61	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.791	-58.009	-8.598
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.055	-4.534	-4.365
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.244	-2.625	-280
7.02.04	Outros	-50.492	-50.850	-3.953
7.02.04.01	Encargos de Uso da Rede de Distribuição	-12.129	-11.424	-913
7.02.04.02	Prêmio de repactuação do risco hidrológico	-25.348	-23.960	-1.849
7.02.04.03	Resultado da baixa de ativo imobilizado	0	0	-940
7.02.04.04	Seguros	-11.043	-9.015	0
7.02.04.05	Provisão para perda por desvalorização de ativos	0	-6.690	0
7.02.04.06	Outros	-1.972	239	-251
7.03	Valor Adicionado Bruto	683.705	706.736	54.481
7.04	Retenções	-82.891	-83.908	-6.374
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.891	-83.908	-6.374
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	600.814	622.828	48.107
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.511	28.941	984.788
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	128.968
7.06.02	Receitas Financeiras	17.985	26.730	2.031
7.06.03	Outros	12.526	2.211	853.789
7.06.03.01	Outras receitas	12.526	2.211	853.789
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	631.325	651.769	1.032.895
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	631.325	651.769	1.032.895
7.08.01	Pessoal	29.172	26.641	3.733

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.759	19.372	3.278
7.08.01.02	Benefícios	5.516	5.765	392
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.897	1.504	63
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.618	91.986	4.809
7.08.02.01	Federais	75.419	91.766	4.728
7.08.02.02	Estaduais	78	175	76
7.08.02.03	Municipais	121	45	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	227.291	264.268	34.508
7.08.03.01	Juros	212.719	244.722	33.748
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	64
7.08.03.03	Outras	14.572	19.546	696
7.08.03.03.01	Instrumento financeiro derivativo	4.534	15.797	0
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	10.038	3.749	696
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	299.244	268.874	989.845
7.08.04.02	Dividendos	136.939	73.979	168.621
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	162.305	194.895	821.224

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023**

A Administração da Eletroriver S.A. (“Eletroriver” ou “Companhia”), submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais findos em 2023 e 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações deste Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” ou “IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da Eletroriver, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia (www.eletroriver.com.br), no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e publicado no Jornal A Tarde, em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023

1. INTRODUÇÃO

A Eletroriver, sociedade anônima de capital aberto, registrada perante a CVM na categoria “B” desde julho de 2022, foi constituída em 28 de maio de 1997 e tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Seu controle acionário é detido pela CS Energia S.A., companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da BSB Energética S.A. (“BSB”) e da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a BSB, titulares, respectivamente, de ações representativas de 70% e 30% do seu capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, em que subscreve 91% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%.

2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

2.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas controladas.

Endividamento líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado com 31 de dezembro de 2022:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

Indicadores financeiros (R\$)		Em	
		31/12/2023	31/12/2022
	Dívida Bruta ¹	2.654.806	2.693.882
(-)	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	148.502	185.517
(=)	Dívida Líquida ²	2.506.304	2.508.365

A variação apresentada acima entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente à redução (R\$ 37.289) do montante registrado a título de caixa e equivalentes de caixa, bem como aos valores registrados a título de debêntures e instrumento financeiro de SWAP das debêntures da Brasil PCH firmado com o Itaú Unibanco S.A. (de CDI + 2,39% a.a. para IPCA + 8,2647% a.a.) (“SWAP”), que sofreram variação para menor de R\$ 238.160, parcialmente compensados pelo reconhecimento de dividendos a pagar no montante de R\$ 175.612.

Disponibilidade de caixa: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 148.502 (R\$ 185.517 em 2022), representando redução da ordem de 19,95%, devido, principalmente, ao pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures e de dividendos aos acionistas.

Indicadores Financeiros: O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do (i) saldo do ativo circulante pelo (ii) saldo do passivo circulante. Já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante.

Liquidez Corrente: a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações no curto prazo, apresentou variação para menor equivalente a 36,90%, atingindo o índice de 0,53x, frente aos 0,84x apurados em 31 de dezembro de 2022, devido, principalmente, ao reconhecimento dos dividendos a pagar aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 175.612.

O quadro a seguir traz o respectivo indicador para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Liquidez Corrente (R\$)	Em	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante (i)	340.281	355.487
Passivo Circulante (ii)	644.308	421.986
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,53	0,84

Liquidez Geral: a capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo, atingiu, em 31 de dezembro de 2023, o valor de 1,38x, índice este equivalente ao apurado em 31 de dezembro de 2022, demonstrando estabilidade do indicador, devido, principalmente, (i) à redução (R\$ 236.634 mil) do saldo devedor registrado a título de debêntures, parcialmente compensadas pela

¹ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

parcela remanescente dos dividendos intermediários a pagar aos acionistas (R\$ 175.612 mil) acrescida dos montantes reconhecidos a título de instrumento financeiro derivativo de SWAP e outros passivos cuja variação monta R\$ 23.820, bem como, (ii) pela redução (R\$ 74.735) dos ativos totais, influenciada, principalmente, pela variação para menor dos ativos imobilizados e intangível (R\$ 60.939) e do montante registrado a título de caixa e equivalentes de caixa (R\$ 37.289).

O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador de liquidez geral para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Liquidez Geral (R\$)	Em	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante (a.1)	340.281	355.487
Ativo Não Circulante (a.2)	3.311.451	3.370.980
Passivo Circulante (b.1)	644.308	421.986
Passivo Não Circulante (b.2)	2.010.498	2.271.896
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	1,38	1,38

2.2. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido consolidado da Companhia montava R\$ 996.926, ao passo que ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 1.032.585, apresentando, portanto, redução equivalente a 3,45%, devido, principalmente, à redução da reserva de lucros (R\$ 31.633).

Já os passivos totais, apurados em R\$ 2.654.806, apresentaram redução de R\$ 39.076, equivalente a 1,45%, frente ao valor apurado ao final do exercício social de 2022 (R\$ 2.693.882), devido, principalmente, à redução (R\$ 238.160) do saldo devedor registrado a título de debêntures e instrumento financeiro derivativo de SWAP, parcialmente compensados pelo reconhecimento de parcela remanescente dos dividendos intermediários a pagar aos acionistas (R\$175.612 mil).

Assim, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia contemplava 27,30% de capital próprio (patrimônio líquido) e 72,70% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2022 era composta por 27,71% de capital próprio e 72,29% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em				2023x2022
	31/12/2023		31/12/2022		
	(R\$)	AV %	(R\$)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	996.926	27,30%	1.032.585	27,71%	(3,45%)
Passivo Total	2.654.806	72,70%	2.693.882	72,29%	(1,45%)
Total	3.651.732	100,00%	3.726.467	100,00%	(2,01%)

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante e não circulante a título de debêntures, bem como o fluxo de recursos recebidos decorrentes de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Fluxo líquido de caixa	Exposição
(R\$ mil)	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	148.502
Títulos de dívida inferior a 1 ano	(644.308)
Caixa líquido	(495.806)

No médio e longo prazo, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB e pela Brasil PCH, este último, o único ativo operacional da Companhia.

Nesse sentido, considerando o histórico de distribuição de dividendos por BSB e Brasil PCH, ambos lastreados no resultado da operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, conseqüentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

Para mais informações sobre os fluxos de caixa dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 vide item 3.2 abaixo.

2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia utilizou como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o recebimento de dividendos de investidas da Companhia proporcionou geração operacional de caixa líquido de R\$ 433.292 (R\$ 419.731 em 2022), enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido no montante negativo de R\$ 468.330 (R\$ 519.507 negativos em 2022), referentes aos pagamentos de dividendos e debêntures.

2.5. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para suprir eventual necessidade de capital, no curso regular dos negócios da Companhia, decorrem dos seus acionistas e/ou de investimentos em suas controladas.

2.6. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia é de R\$ 1.707.300 (R\$ 1.939.234 em 2022), valor que engloba as debêntures emitidas pela Companhia, as debêntures da BSB e da Brasil PCH, bem

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

como o instrumento de SWAP das debêntures Brasil PCH.

Para fins desse item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou R\$ 1.558.798 (R\$ 1.753.717 em 2022).

As principais características do endividamento da Companhia, ao final dos dois últimos exercícios estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros % a.a.	Vencimento	Em 31 de dezembro de	
				2023	2022
Debênture 1ª Série ELRV11	(R\$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	752.776	807.346
Debênture 1ª Série BSBE11	(R\$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	322.618	346.005
Debênture 1ª Série BPCH11	(R\$)	2,39%+ CDI	15/11/2026	237.842	311.946
Debenture 2ª Série BPCH21	(R\$)	8,2647%+IPCA	15/11/2026	313.569	392.236
Instrumento Fin. Derivativo "SWAP" – Brasil PCH	(R\$)	IPCA+8,2647%	15/11/2026	80.495	81.701
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)				1.707.300	1.939.234
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (B)				148.502	185.517
Dívida Líquida de Empréstimos e Financiamentos (A) – (B)				1.558.798	1.753.717

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes: Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações financeiras da Companhia trouxeram 03 (três) contratos de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures), conforme relacionadas a seguir. São elas:

Debêntures Série Única – ELRV11: emitidas pela Companhia em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento”). Foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$ 805.000 (“Debêntures Eletroriver”). O valor nominal das Debêntures Eletroriver será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado”). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture Série Única – BSB11: emitidas pela BSB em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão Debêntures BSB”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento Debêntures BSB”). Foram emitidas 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures BSB”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures BSB, o valor total de R\$ 345.000. O valor nominal das Debêntures BSB será

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB”). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04 % ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures BSB. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures BSB. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture 1ª Série – BPCH11: emitidas em 15 de outubro de 2018 (“Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2026 (“Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”). Foram emitidas 450.000 (quatrocentas e cinquenta) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures Brasil PCH – 1ª Série”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, o valor total de R\$ 450.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incide, juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculadas nos termos da escritura de emissão (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,39% (dois inteiros e trinta e nove centésimos por cento) ao ano. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Debênture 2ª Série – BPCH21: emitidas pela Brasil PCH em 15 de outubro de 2018 (“Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”), com prazo de vencimento de 08 anos e um mês anos, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2026 (“Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Foram emitidas 450.000 (quatrocentas e cinquenta) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1 (“Debêntures Brasil PCH – 2ª Série” e, em conjunto com Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, “Debêntures Brasil PCH”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série, o valor total de R\$ 450.000. O valor nominal das Debêntures é atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série incide juros remuneratórios correspondentes a 8,2647%. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estava vigente, nos termos do Contrato de Convênio para Celebração de Operações de Derivativos, celebrado pela Brasil PCH com o Itaú Unibanco S.A., operação de SWAP das Debêntures Brasil PCH visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da segunda série.

Grau de subordinação entre as dívidas: Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

As Debêntures Eletroriver e as Debêntures BSB são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Brasil PCH, na proporção de suas participações na controlada.

Já as Debêntures Brasil PCH, assim como o SWAP da primeira série, compartilham, dentre outras garantias: (i) da alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas pelas sociedades de propósito específico (“SPEs”) e detidas pela PCHPAR PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), assim como aquelas de emissão da PCHPAR; (ii) de garantias fidejussórias prestadas pela PCHPAR e pelas SPEs; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL, assim como direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirográfica e não há subordinação entre elas.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições: Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures. A escritura de emissão possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferências do controle acionário da Companhia e suas controladas, operações societárias (fusão, cisão, incorporação) da Companhia ou controladas, constituição de garantias reais sob bens de propriedade da Companhia e suas controladas, contratação de novas dívidas, incluindo emissão de debêntures, celebração de novos contratos de mútuo e a realização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia é obrigada, a partir de 2022, a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,2x (um inteiro e dois décimos por cento), ou superior, (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras com revisão limitada por auditores da Companhia; (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucros acumulados após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias com revisão limitada por auditores da Companhia. A primeira apuração do ICSD se deu no ano de 2022, tendo como base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, relativas aos 4 (quatro) trimestres anteriores à respectiva apuração. Ao final do exercício de 2022 apurou-se ICSD de 2,25.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras: As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023****3. ANÁLISE DOS RESULTADOS****3.1. Demonstrativo de Resultados**

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro 2023, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Exercícios findos em 2023 e 2022 (Consolidado)

Demonstração do Resultado	No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado com o mesmo período de 2022				
	31/12/2023		31/12/2022		AH (%)
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	717.591	100%	714.371	100%	0,45%
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	(82.133)	(11,45%)	(83.184)	(11,64%)	(1,26%)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(25.348)	(3,53%)	(23.960)	(3,35%)	5,79%
Custos com pessoal	(20.100)	(2,80%)	(18.821)	(2,63%)	6,80%
Custos com manutenção	(12.554)	(1,75%)	(15.673)	(2,19%)	(19,90%)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.024)	(1,54%)	(10.428)	(1,46%)	5,72%
Custos com seguros	(11.043)	(1,54%)	(9.015)	(1,26%)	22,50%
Custos com operação	(2.136)	(0,30%)	(2.258)	(0,32%)	(5,40%)
Taxas setoriais	(1.105)	(0,15%)	(996)	(0,14%)	10,94%
Custos com meio ambiente	(413)	(0,06%)	(463)	(0,06%)	(10,80%)
Outros custos	(432)	(0,06%)	(480)	(0,07%)	(10,00%)
Total do custo das vendas de energia	(166.288)	(23,17%)	(165.278)	(23,14%)	0,61%
LUCRO BRUTO	551.303	76,83%	549.093	76,86%	0,40%
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores	(14.632)	(2,04%)	(12.869)	(1,80%)	13,70%
Despesas administrativas e gerais	(1.521)	(0,21%)	(3.205)	(0,45%)	(52,54%)
Depreciação e amortização	(757)	(0,11%)	(724)	(0,10%)	4,56%
Resultado na baixa de ativos	-	0,00%	(21)	(0,00%)	(100,00%)
Receita com indenizações recebidas	3.797	0,53%	17.500	2,45%	(78,30%)
Outras despesas/receitas	(6.345)	(0,88%)	(13.879)	(1,84%)	(54,28%)
Total Outras Receitas (Despesas)	(19.458)	(2,71%)	(13.198)	(1,85%)	47,43%
Resultado de equivalência patrimonial	-		-		0,00%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	531.845	74,12%	535.895	75,02%	(0,76%)
Despesas financeiras	(227.291)	(31,67%)	(268.889)	(35,94%)	(11,48%)
Receitas financeiras	30.511	4,25%	41.060	4,05%	5,42%
Total do resultado financeiro	(196.780)	(27,42%)	(227.829)	(31,89%)	(13,63%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	335.065	46,69%	308.066	43,12%	8,76%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(35.821)	(4,99%)	(39.192)	(5,49%)	(8,60%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	299.244	41,70%	268.874	37,64%	11,30%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

Receita líquida de vendas: A receita líquida atingiu, ao final do exercício de 2023, o montante de R\$ 717.591, representando aumento de R\$ 3.220, equivalente a 0,45% quando comparado a 31 de dezembro de 2022, quando foram registrados R\$ 714.371, tendo em vista, principalmente, a atualização monetária (IGPM) do preço de venda da energia pelas SPEs, com data-base de maio/2022, nos termos dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a ENBPar³.

Custos das Vendas de Energia: Os custos das vendas de energia atingiram, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 166.288, frente aos R\$ 165.278 apurados no período anterior, representando variação para maior de R\$ 1.010, equivalente a 0,61%, devido, principalmente, às variações apuradas com custos com seguros, prêmio de repactuação do risco hidrológico e custos com pessoal próprio, parcialmente compensados pela redução dos gastos com manutenção e operação.

Lucro Bruto: Em 31 de dezembro de 2023, foi apurado lucro bruto no montante de R\$ 551.303, representando aumento de R\$ 2.210, correspondente a 0,40%, se comparado ao registrado no período anterior, quando se verificou o montante de R\$ 549.093.

Outras Receitas (Despesas): Em 31 de dezembro de 2023, foram apuradas Outras Receitas (Despesas) no montante de R\$ 19.458 negativos, frente aos R\$ 13.198, também negativos, registrados no mesmo período do exercício anterior, representando variação para maior das despesas em R\$ 6.260, equivalente a R\$ 47,43%, devido, principalmente, ao registro de R\$ 17.500 a título de receita com indenizações no mesmo período do exercício de 2022 (R\$ 3.797 em 2023), parcialmente compensadas pela redução (R\$ 7.534) de Outras Despesas Líquidas no exercício de 2023 frente ao exercício anterior.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: Em decorrência dos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro e impostos totalizou R\$ 531.845 em 31 de dezembro de 2023, representando redução de R\$ 4.050, equivalente a 0,76%, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 535.895.

Despesas financeiras: Em 31 de dezembro de 2023, as despesas financeiras totalizaram R\$ 227.291, representando redução de R\$ 41.598, equivalente a 15,47%, se comparadas com 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 268.889, devido, principalmente, à redução do indexador, bem como da amortização do saldo devedor das debêntures.

Receitas financeiras: As receitas financeiras totalizaram R\$ 30.511 em 31 de dezembro de 2023, representando redução de R\$ 10.549, equivalente a 25,69%, quando comparado ao valor apurado em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 41.060, devido, principalmente, ao volume dos valores aplicados no período.

Total do resultado financeiro: Em decorrência dos fatores acima, o resultado financeiro foi negativo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$ 196.780 negativos, representando redução de R\$ 31.049,

³ Em decorrência do processo de privatização da Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobras"), a titularidade dos contratos de compra e venda de energia celebrados com as SPEs foi transferida da Eletrobras para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar") – companhia criada pela União para absorver as atividades antes desenvolvidas pela Eletrobras que não foram objeto de privatização, dentre elas a gestão do PROINFA –, por meio da celebração de aditivos aos CCVEs em 07 de junho de 2023, em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

equivalentes a (13,63%), se comparado com 31 de dezembro de 2022, quando apurou-se resultado também negativo de R\$ 227.829.

Imposto de Renda e Contribuição Social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social totalizaram R\$ 35.821 em 31 de dezembro de 2023, representando redução de R\$ 3.371, equivalente a 8,60%, se comparado com 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 39.192, devido, principalmente, ao efeito do impacto do imposto de renda e contribuição social reconhecidos sobre os valores recebidos no exercício de 2022 a título de indenização de sinistro.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos fatores acima, apurou-se lucro líquido de R\$ 299.244 em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R\$ 30.370, equivalente a 11,30%, se comparado ao mesmo período de 2022, quando totalizou R\$ 268.874.

3.2. Demonstrativo de Fluxo de Caixa

No quadro abaixo segue apresentado o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstrações de fluxo de caixa (Período de doze meses - Consolidado)	Em		AH (%)
	31/12/2023 (R\$/mil)	31/12/2022 (R\$/mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	172.939	238.982	(27,64%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	433.292	419.731	3,23%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) aplicações nas atividades de investimento	(2.251)	33.733	(106,67%)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(468.330)	(519.507)	(9,85%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	135.650	172.939	(21,56%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Em 31 de dezembro de 2023, apurou-se geração de caixa líquido decorrente das atividades operacionais no montante de R\$ 433.292, frente aos R\$ 419.731 apurados no mesmo período do exercício anterior, representando aumento de R\$ 13.561, equivalente a 3,23%, devido, principalmente ao recebimento de pagamentos, no exercício de 2023, referentes à energia comercializada no ano de 2022, parcialmente compensados pelo pagamento do imposto de renda e contribuição social(R\$ 32.012).

Fluxo de caixa das atividades de investimento: Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento somou R\$ 2.251 negativos, frente aos R\$ 33.733 positivos registrados no mesmo período do ano de 2022, representando variação para menor de R\$ 35.984, equivalente a 106,67%, devido, principalmente, ao recebimento de R\$ 17.500 a título de indenização de sinistro no exercício de 2022 (R\$ 3.797 em 2023), bem como pelo menor (R\$ 21.757 mil) montante resgatado das aplicações financeiras nos exercícios de 2023 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo aplicado nas atividades de financiamento somou R\$ 468.330 negativos, frente aos R\$ 519.507 também negativos registrados no mesmo período de 2022, representando redução dos desembolsos em R\$ 51.177, equivalentes a 9,85%, devido, principalmente, à menor distribuição de dividendos aos acionistas e quitação do contas a pagar pela aquisição do investimento no exercício de 2022, parcialmente compensadas pelo aumento do pagamento das debêntures e do instrumento financeiro derivativo de SWAP da Brasil PCH.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2023**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício: Por todo o exposto acima, registrou-se saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 135.650, representando redução de R\$ 37.289, equivalente a 21,56%, frente aos R\$ 172.939 registrados no período anterior.

3.3. Prestação de Serviços pelos Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2023, também prestou os serviços de asseguarção limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros (“Relatório ICSD”) e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”).

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 6.061 que corresponde a 3,6% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ICSD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguarção limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 17.670, correspondente a 10,6% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguarção com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de compliance tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021 e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

ELETRORIVER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Eletroriver S.A. (“Eletroriver”, “Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia possui como controladora a CS Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, detentora de participação equivalente a 65,97% do capital social da Eletroriver, enquanto o percentual residual de 34,03% é detido por pessoas físicas.

A Companhia detém o controle direto da BSB Energética S.A. (“BSB”), bem como da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e, indireto, da PCHPAR – PCH Participações S.A. (“PCHPAR”) e de 13 sociedades de propósito específico (“SPES”) que, por sua vez, possuem autorização para explorar 13 pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) (“SPES”, em conjunto com a Companhia, BSB, Brasil PCH e a PCHPAR “Grupo”), cujas informações estão discriminadas abaixo, na seção “Dados das Controladas”.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial individual capital circulante líquido negativo no montante de R\$ R\$136.163 (R\$83.496 negativo em 31 de dezembro de 2022), enquanto no balanço patrimonial consolidado o capital circulante líquido negativo registrado é de 304.027 (R\$66.499 negativo em 31 de dezembro de 2022). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de suas receitas decorrentes dos seus investimentos em suas controladas é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Dados das controladas

BSB Energética S.A.:

A Companhia detém participação equivalente a 91% do capital social da BSB, sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Brasil PCH S.A.:

A Companhia detém participação de 70% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Os 30% restantes do capital social da Brasil PCH são detidos pela BSB, também controlada pela Companhia.

A Brasil PCH possui como subsidiária integral a PCHPAR que, por sua vez, detém 100% do capital social de 13 SPEs, titulares de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período, nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dolores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dolores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs, indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020.

(**) Cumpre destacar que os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs não foram examinadas pelos auditores independentes.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial.

Ressalta-se que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2022 foram adicionados no faturamento das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2023. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido faturamento no valor total de R\$ 468 (R\$ 1.180 em 31 de dezembro de 2022), composto do montante negativo de R\$ 2.180 (R\$ 3.178 em 31 de dezembro de 2022), referente aos ajustes do MRE, e do montante positivo de R\$ 2.648 (R\$ 1.998 em 31 de dezembro de 2022), relativo principalmente às recontabilizações, dentre outros.

Assim, as rubricas impactadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram "outros ativos circulantes", no montante de R\$ 2.413 (R\$ 1.551 em 31 de dezembro de 2022) e "receita diferida" no montante de R\$ 1.945 (R\$ 2.731 em 31 de dezembro de 2022).

1.2. Repactuação do risco hidrológico ("RRH") (Consolidado)

As SPEs, integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico ("RRH"), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, as SPEs foram notificadas pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs ("Desconto Mensal do Prêmio RRH").

Em 24 de agosto de 2020, as SPEs apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações enviadas pelas SPEs, informando que havia encaminhado o assunto para análise da sua área jurídica e tributária, bem como que estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno às companhias sobre o caso. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do pleito da ABRAGEL, ao passo em que apresentou proposta alternativa. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Em 31 de dezembro de 2023, as SPEs registram provisão de R\$ 81.577 (R\$ 56.229 em 31 de dezembro de 2022) para fazer frente ao pagamento do prêmio de risco hidrológico, constituída no passivo circulante sob a rubrica "Outros Passivos", em contrapartida ao resultado, na rubrica "Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 montou R\$ 25.348, enquanto em 31 de dezembro de 2022 apurou-se R\$ 23.960.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé") –

Em agosto de 2020, a Santa Fé inspecionou o túnel de adução do empreendimento com uso de veículo submersível remotamente operado ("ROV"), quando foi possível identificar o colapso parcial da estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recuperação da estrutura foram devidamente programadas, tendo sido iniciadas no mês de maio de 2021 e finalizadas no mês de julho do mesmo ano.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé reconheceu em seu resultado a baixa contábil do valor residual dos ativos no trecho danificado do túnel de adução, no valor de R\$940, enquanto os gastos despendidos com a recuperação da estrutura do túnel de adução, também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica "Reservatório, Barragem e Adutora".

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$ 17.500 e R\$ 3.797, nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$ 21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de "Receita com Indenizações Recebidas", encerrando, assim, o sinistro.

2. PARTICIPAÇÃO NAS COMPANHIAS DO GRUPO

No quadro abaixo segue apresentada a participação detida pela Companhia em suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Investida	Participação direta		Participação indireta (*)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver</u>				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
<u>Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH</u>				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Carangola Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Funil Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Irara Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Jataí Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Simão Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

(*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS**Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023**

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. Não foram identificados impactos relevantes nas

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando tratar-se de empresa holding detentora do controle indireto sobre 13 SPEs titulares de Autorização para exploração, respectivamente, de 13 PCHs, e que, portanto, sua receita operacional provém exclusivamente da comercialização da energia elétrica produzida pelas PCHs. Nesse contexto, as demonstrações financeiras não trazem nota explicativa de informação por segmento.

5.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

5.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

5.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

5.3.3. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5.3.4. Contabilização de “hedge” (“hedge accounting”)

A controlada Brasil PCH designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a controlada documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, o Grupo avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

A controlada descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

5.3.5. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

5.3.6. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

5.3.7. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações enquadradas em um ou mais elementos de controle relacionados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às aquelas estabelecidas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

5.4. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valia), quando da aquisição de ativo por combinação de negócios, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

5.5. Depreciação

A depreciação dos ativos detidos pelas controladas indiretas da Companhia, exceto de móveis e utensílios, computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação das 13 PCHs por elas detidas pelo método linear, tendo como base as taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815/1994, conforme alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam da vida útil destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, restando claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182 consolidando o direito a extensão

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

também àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa ANEEL 684/2015, onde se enquadram todas as usinas do Grupo.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/2021, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizado por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 11.131/2022 e 11.023/2022.

Considerando a ampliação dos prazos de autorização homologados por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 11.131/2022 e 11.023/2022, a ANEEL em observância as Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021, estabeleceu a nova vigência das outorgas por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

5.6. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

5.7. Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado à unidade geradora de caixa do Grupo, sendo submetida anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

5.8. Valor recuperável de ativos

Anualmente, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo, subtraído dos custos na venda ou do valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

5.9. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

5.10. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.11. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.12. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

5.13. Receita diferida e outros ativos circulantes

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre as SPEs e a ENBPar, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será considerada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

5.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

5.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, das controladas diretas Brasil PCH S.A. e BSB Energética S.A., assim como das controladas indiretas PCHPAR e Santa Fé Energética S.A. (a partir de 01 de janeiro de 2022), são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para todas as demais empresas do Grupo Brasil PCH o regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social). Destaca-se que a BSB Energética S.A. e a Santa Fé Energética S.A., alteraram o regime fiscal adotados em 2022 de lucro presumido para lucro real, refletindo a situação fiscal das entidades.

5.16. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando o Grupo for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

5.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

5.18. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5.19. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento no início de sua vigência. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais as controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

5.20. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

A administração contratou especialistas externos para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *Purchase Pricing Allocation* (PPA). As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

6. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e sobre o ágio decorrente de combinação de negócios. Anualmente são realizados testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá haver redução ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2022, a Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável do ágio adquirido em aquisição de investimento em coligada, reconhecendo uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 6.690, tendo como contrapartida a rubrica de “Outras despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia efetuou novamente a avaliação da recuperabilidade do ágio, sem que nenhuma provisão adicional fosse reconhecida nas demonstrações financeiras.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos as outorgas serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, já devidamente regulamentados. Ver nota explicativa nº 5.5.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação, reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVEs, registrados nas controladas indiretas.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia, na Controladora e em suas controladas diretas – Brasil PCH e BSB, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica: são reconhecidos em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela ENBPar.

- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) – Mensurações do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios: O Grupo mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	2	9	11	20
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	11.846	11.450	135.639	172.919
	<u>11.848</u>	<u>11.459</u>	<u>135.650</u>	<u>172.939</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco (“Itaú”), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo remuneradas por taxas de mercado variando de 98,0% a 101,5% (99,0% a 101,5%, em 31 de dezembro 2022), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimento em renda fixa	1	23	12.852	12.578
	<u>1</u>	<u>23</u>	<u>12.852</u>	<u>12.578</u>

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que varia de 97,0% a 101,0% (79,0% a 122,4%, em 31 de dezembro 2022) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R\$ 176.312 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 161.675 em 31 de dezembro de 2022), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Em virtude do Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima, em 31 de dezembro de 2023 registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor de R\$ 79.424 (R\$ 54.193 em 31 de dezembro de 2022), até que a controvérsia seja dirimida com a ENBPar.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Cumpramos ressaltar que o Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (a)	10.981	8.503
Desapropriações e servidões (b)	11.954	11.865
Trabalhistas (c)	215	208
Cíveis	46	46
	<u>23.196</u>	<u>20.622</u>

- (a) Refere-se ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, referentes ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas).
- (b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito. Quando a propriedade ou a servidão de passagem forem registradas sob a titularidade das SPEs, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos e contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.
- (c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

11. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber pela Companhia, a serem distribuídos por suas controladas BSB e Brasil PCH, conforme movimentação abaixo:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição de dividendos	298.973
Dividendos recebidos em 30/03/2022 - Controlada Brasil PCH S.A.	(70.000)
Dividendos recebidos em 30/03/2022 - Controlada BSB Energética S.A.	(21.435)
Dividendos recebidos em 30/05/2022 - Controlada Brasil PCH S.A.	(49.481)
Dividendos recebidos em 17/08/2022 - Controlada Brasil PCH S.A.	(87.500)
Dividendos recebidos em 10/10/2022 - Controlada Brasil PCH S.A.	(22.468)
Dividendos recebidos em 31/10/2022 - Controlada Brasil PCH S.A.	(46.664)
Dividendos recebidos em 22/12/2022 - Controlada BSB Energética S.A.	(1.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Constituição de dividendos (*)	424.113
Dividendos recebidos em 13/03/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(108.500)
Dividendos recebidos em 13/03/2023 - Controlada BSB Energética S.A.	(52.982)
Dividendos recebidos em 14/04/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(31.500)
Dividendos recebidos em 22/06/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(21.248)
Dividendos recebidos em 25/07/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(11.550)
Dividendos recebidos em 25/08/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(14.000)
Dividendos recebidos em 25/09/2023 - Controlada Brasil PCH S.A.	(46.200)
Dividendos recebidos em 25/09/2023 - Controlada BSB Energética S.A.	(7.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>131.126</u>

- (*) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ("AGO") realizadas em 15 de fevereiro e 13 de março de 2023, a Brasil PCH e a BSB Energética aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Já em 10 de agosto de 2023, a Brasil PCH, em

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), e a BSB, em Reunião do Conselho de Administração, aprovaram a distribuição dos dividendos intermediários relativos ao período findo em 30 de junho de 2023.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**a) Informação sobre as controladas diretas**

Descrição	Ações ordinárias Detidas	Participação %	Controladora	
			31/12/2023	31/12/2022
BSB Energética S.A.	2.755.936	91,0%	66.858	74.536
Brasil PCH S.A.	65.931.482	70,0%	1.664.040	1.702.771
Investimento a PL contábil			243.478	263.398
Mais valia de ativos e passivos			927.977	946.788
Ágio			492.585	492.585
			<u>1.730.898</u>	<u>1.777.307</u>

b) Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são apresentados como segue:

	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	58.305	366.442	81.634	269.641	73.472
Brasil PCH S.A.	312.076	995.198	456.580	502.869	347.825
Total	<u>370.381</u>	<u>1.361.640</u>	<u>538.214</u>	<u>772.510</u>	<u>421.297</u>

	31/12/2022				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	41.637	377.891	40.649	296.972	81.907
Brasil PCH S.A.	304.722	1.010.420	293.968	644.892	376.282
Total	<u>346.359</u>	<u>1.388.311</u>	<u>334.617</u>	<u>941.864</u>	<u>458.189</u>

Os principais saldos de resultado das controladas diretas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são apresentados como segue:

	31/12/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	130.551	94.340	94.340
Brasil PCH S.A.	717.591	596.223	578.026	495.763	448.473
Total	<u>717.591</u>	<u>596.223</u>	<u>708.577</u>	<u>590.103</u>	<u>542.813</u>

	31/12/2022				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	126.127	86.142	86.142
Brasil PCH S.A.	714.371	594.013	590.480	488.863	438.518

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Total	714.371	594.013	716.607	575.005	524.660
-------	---------	---------	---------	---------	---------

c) Movimentação do investimento

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.691.151
Equivalência patrimonial	361.407
Aumento de capital	14.696
Dividendos propostos	(298.973)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	9.026
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.777.307
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.777.307
Equivalência patrimonial	380.969
Dividendos propostos	(424.113)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(3.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.730.898

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**Remuneração do Pessoal Chave**

Em 31 de dezembro de 2023, registrou-se valor pago a título de remuneração às pessoas chave no valor de R\$ 63 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2022) pago diretamente pela Eletroriver, bem como R\$ 1.698 pagos por meio do Grupo Brasil PCH (R\$ 1.737 em 31 de dezembro de 2022), bem como R\$ 51 por meio de sua controlada BSB (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que a Companhia e suas controladas não possuem outros benefícios de curto ou longo prazo e pós emprego.

14. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)**a) Composição do imobilizado**

	Taxa de Depreciação	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia – ativo fixo	4%	369.025	(30.258)	338.767	369.025	(15.734)	353.291
Terrenos	-	45.869	-	45.869	43.887	-	43.887
Direitos sobre arrendamento	37,80%	2.777	(1.192)	1.585	2.506	(577)	1.929
Turbina hidráulica	2,50%	175.671	(62.377)	113.294	175.568	(57.987)	117.581
Conduto forçado	3,13%	49.897	(22.506)	27.391	49.359	(20.955)	28.404
Gerador	3,33%	117.051	(55.621)	61.430	116.746	(51.728)	65.018
Comporta	3,33%	37.455	(17.444)	20.011	37.279	(16.207)	21.072
Subestação unitária	3,57%	75.061	(40.815)	34.246	75.134	(38.180)	36.954
Estrutura de tensão	3,57%	28.897	(14.331)	14.566	28.525	(13.322)	15.203
Casa de força produção hidráulica	2,00%	449.491	(132.841)	316.650	446.608	(123.884)	322.724
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	350.437	(93.767)	256.670	349.148	(86.974)	262.174
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	100.434	(45.093)	55.341	97.851	(41.298)	56.553
Imobilizado em Curso	-	2.111	-	2.111	1.686	-	1.686
		1.804.176	(516.245)	1.287.931	1.793.322	(466.846)	1.326.476

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo:				
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	369.025
Terrenos	43.887	1.982	-	45.869
Direitos sobre arrendamento	2.506	271	-	2.777
Turbina hidráulica	175.568	103	-	175.671
Conduto forçado	49.359	538	-	49.897
Gerador	116.746	305	-	117.051
Comporta	37.279	176	-	37.455
Subestação unitária	75.134	17	(90)	75.061
Estrutura de tensão	28.525	402	(30)	28.897
Casa de força produção hidráulica	446.608	2.883	-	449.491
Reservatório, barragem, adutora	349.148	1.289	-	350.437
Outras máquinas e equipamentos	97.851	2.615	(32)	100.434
Imobilizado em curso	1.686	425	-	2.111
	<u>1.793.322</u>	<u>11.006</u>	<u>(152)</u>	<u>1.804.176</u>
(-) Depreciação:				
Mais valia – ativo fixo	(15.734)	(14.524)	-	(30.258)
Direitos sobre arrendamento	(577)	(615)	-	(1.192)
Turbina hidráulica	(57.987)	(4.390)	-	(62.377)
Conduto forçado	(20.955)	(1.551)	-	(22.506)
Gerador	(51.728)	(3.893)	-	(55.621)
Comporta	(16.207)	(1.237)	-	(17.444)
Subestação unitária	(38.180)	(2.680)	45	(40.815)
Estrutura de tensão	(13.322)	(1.023)	14	(14.331)
Casa de força produção hidráulica	(123.884)	(8.957)	-	(132.841)
Reservatório, barragem, adutora	(86.974)	(6.793)	-	(93.767)
Outras máquinas e equipamentos	(41.298)	(3.825)	30	(45.093)
	<u>(466.846)</u>	<u>(49.488)</u>	<u>89</u>	<u>(516.245)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.326.476</u>	<u>(38.482)</u>	<u>(63)</u>	<u>1.287.931</u>

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
<u>Custo</u>					
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	43.696	294	(103)	-	43.887
Direitos sobre arrendamento	173	2.333	-	-	2.506
Turbina hidráulica	175.143	87	-	338	175.568
Conduto forçado	48.650	709	-	-	49.359
Gerador	116.244	469	-	33	116.746
Comporta	36.734	545	-	-	37.279
Subestação unitária	75.134	-	-	-	75.134
Estrutura de tensão	28.525	-	-	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	444.366	2.040	-	202	446.608
Reservatório, barragem, adutora	344.834	4.314	-	-	349.148
Outras máquinas e equipamentos	94.840	3.011	(83)	83	97.851
Imobilizado em curso	894	1.448	-	(656)	1.686
	<u>1.778.258</u>	<u>15.250</u>	<u>(186)</u>	<u>-</u>	<u>1.793.322</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Mais valia – ativo fixo	(1.210)	(14.524)	-	-	(15.734)
Direitos sobre arrendamento	-	(577)	-	-	(577)
Turbina hidráulica	(53.607)	(4.380)	-	-	(57.987)
Conduto forçado	(19.421)	(1.534)	-	-	(20.955)
Gerador	(47.854)	(3.874)	-	-	(51.728)
Comporta	(14.983)	(1.224)	-	-	(16.207)
Subestação unitária	(35.500)	(2.680)	-	-	(38.180)
Estrutura de tensão	(12.307)	(1.015)	-	-	(13.322)
Casa de força produção hidráulica	(114.983)	(8.901)	-	-	(123.884)

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Reservatório, barragem, adutora	(80.201)	(6.773)	-	-	(86.974)
Outras máquinas e equipamentos	(37.686)	(3.664)	52	-	(41.298)
	(417.752)	(49.146)	52	-	(466.846)
Imobilizado Líquido	1.360.506	(33.896)	(134)	-	1.326.476

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)**a) Composição do intangível**

	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022
Mais valia – ativo intangível	2,13%	1.444.281	(63.325)	1.380.956	1.444.281	(32.928)	1.411.353
Ágio (*)	-	590.882	-	590.882	590.882	-	590.882
Servidões	-	2.911	-	2.911	2.911	-	2.911
Software	20%	4.343	(2.862)	1.481	4.002	(2.283)	1.719
Medidas compensatórias	10 a 25%	37.576	(23.944)	13.632	26.903	(21.160)	5.743
Indenização de terras	-	1.826	-	1.826	1.785	-	1.785
Registro de terras	-	1.809	-	1.809	1.498	-	1.498
		2.083.628	(90.131)	1.993.497	2.072.262	(56.371)	2.015.891

b) Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo:			
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	1.444.281
Ágio (*)	590.882	-	590.882
Servidões	2.911	-	2.911
Software	4.002	341	4.343
Medidas compensatórias	26.903	10.673	37.576
Indenização de terras	1.785	41	1.826
Registro de terras	1.498	311	1.809
	2.071.413	11.366	2.083.628
(-) Amortização:			
Mais valia – ativo intangível	(32.928)	(30.396)	(63.325)
Software	(2.283)	(579)	(2.862)
Medidas compensatórias	(21.160)	(2.784)	(23.944)
	(56.371)	(33.760)	(90.131)
Intangível líquido	2.015.891	(22.394)	1.993.497

	31/12/2021	Adições	Baixa	Provisão para redução ao valor recuperável (**)	31/12/2022
Custo:					
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio (*)	597.572	-	-	(6.690)	590.882
Servidões	2.911	-	-	-	2.911
Software	3.604	398	-	-	4.002
Medidas compensatórias	24.241	2.662	-	-	26.903
Indenização de terras	1.753	32	-	-	1.785
Registro de terras	1.524	-	(26)	-	1.498
	2.075.886	3.092	(26)	(6.690)	2.071.413
(-) Amortização:					

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Mais valia – ativo intangível	(2.532)	(30.397)	-	-	(32.928)
Software	(1.757)	(527)	-	-	(2.283)
Medidas compensatórias	(16.971)	(4.189)	-	-	(21.160)
	(21.260)	(35.112)	-	-	(56.371)
Intangível líquido	2.054.626	(32.020)	(26)	(6.690)	2.015.891

O ágio é submetido anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável.

(*) Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$6.690, tendo como contrapartida a rubrica de “Outras despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

As principais premissas utilizadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram:

- (i) Taxa de desconto, em termos nominais, de 11,71% para o Grupo;
- (ii) Informações das PCHs do Grupo, tais como: (i) prazo de autorização, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, além da renovação da autorização por prazo adicional de 30 anos, (ii) garantia física, (iii) preço de venda de energia no âmbito do PROINFA, (iv) IGP-M projetado para os exercícios futuros e (v) projeção do preço de venda de energia no mercado de curto prazo para o período após o término dos contratos de venda firmados com a Eletrobras;
- (iii) Demais gastos que são estimados para as operações das PCHs e das holdings Brasil PCH e PCHPAR, em linha com as informações históricas e estimativas atuais da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia determinou o valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas sujeitas a análise de recuperabilidade com base no valor justo.

- (i) O valor recuperável de cada coligada indireta (considerada separadamente como uma Unidade Geradora de Caixa – “UGC”) foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em Reais, pós-impostos.
- (ii) Descontados a uma taxa pós-impostos (10,99% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 12,83% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido), que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.
- (iii) O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso ou valor justo. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamento financeiros aprovados pela administração das coligadas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas, como a renovação da autorização por prazo adicional de 30 anos, até o período final de autorização que ocorrerá nos anos de 2068 e 2069. Não foram considerados, para efeito de cálculo para o exercício de 2023, a extensão do prazo (adição média de 3 anos a autorização vigente) concedida pela Aneel, em 10 de outubro de 2023, para as controladas indiretas conforme Nota explicativa nº 1 por ter sido concedida após a data base para a realização do teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo. A Companhia avaliou que a extensão do prazo impacta positivamente os fluxos de caixa futuros não havendo indicativo de redução do valor recuperável.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como premissas:

- Geração de resultado no ambiente PROINFA. Todas as UGCs estão integralmente contratadas PROINFA até os anos de 2028 e 2029, data de encerramento dos contratos. Uma vez encerrados os contratos do PROINFA e até o final da autorização para comercialização pelas UGCs nos anos de 2068/69, conforme o caso, a energia produzida pelas PCHs será comercializada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no ACL, a Companhia usou como principal referência de preços futuros a Curva Forward divulgada pela DCIDE.
- Para custos e despesas regulatórios, a Companhia aplica a metodologia de cálculo prevista na Legislação vigente, enquanto para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao seu modelo financeiro devidamente atualizadas, com base em projeções macroeconômicas divulgadas pelo Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS) para as suas projeções macroeconômicas.

Comparando o valor recuperável de cada UGC com o seu valor contábil, não foram identificadas perdas por desvalorização adicional a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

16. DEBÊNTURES

Em 10 de setembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$ 805.000. Os juros e principal serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022, e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030. Além disso, cumpre destacar que as controladas da Companhia também possuem debêntures emitidas e em circulação.

A BSB Energética realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$ 345.000, conforme aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

A Brasil PCH, por sua vez, teve sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$ 900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R\$ 1, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

a) Composição das debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	Controladora		Consolidado	
			30/12/2023	31/12/2022	30/12/2023	31/12/2022
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000		752.776	807.346	752.776	807.346
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000		-	-	322.618	346.005
Debêntures - 1ª Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000		-	-	237.842	311.946
Debêntures - 2ª Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000		-	-	313.569	392.236
(-) Custo com transação com debêntures			(16.116)	(18.840)	(27.126)	(32.408)
Ajuste a valor justo – debêntures			-	-	32.433	43.621
			736.660	788.506	1.632.112	1.868.746
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH				-	80.495	81.701
			736.660	788.506	1.712.607	1.950.447

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Swap				
Ativo Circulante			-	(320)
Passivo circulante	-	-	19.419	6.703
Passivo não circulante	-	-	61.076	75.318

Debêntures

Passivo circulante	106.939	94.847	315.273	307.352
Passivo não circulante	629.721	693.659	1.316.839	1.561.394

b) Movimentação das debêntures e instrumento financeiro derivativo – SWAP

	Eletroriver	BSB	Brasil PCH		Consolidado
			Debêntures	SWAP	
Saldo em 31/12/2022	788.506	337.568	736.947	87.425	1.950.446
Custos de transação	2.724	1.219	1.338	-	5.281
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(11.186)	-	(11.186)
Encargos provisionados	89.549	38.377	84.793	-	212.719
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	4.534	4.534
Pagamento principal	(89.141)	(38.203)	(166.116)	-	(293.460)
Pagamento de encargos financeiros	(54.978)	(23.561)	(71.448)	-	(149.987)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo				(18.324)	(18.324)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	-	9.228	9.228
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3.356	3.356
Saldo em 31/12/2023	736.660	315.400	574.327	86.219	1.712.607

	Eletroriver	BSB	Brasil PCH		Consolidado
			Debêntures	SWAP	
Saldo em 31/12/2021	797.701	341.490	831.296	81.085	2.051.572
Custos de transação	2.110	924	1.338	-	4.372
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(12.119)	-	(12.119)
Encargos provisionados	101.449	43.478	97.200	-	242.127
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	14.663	14.663
Pagamento principal	(61.842)	(26.504)	(101.270)	-	(189.616)

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Pagamento de encargos financeiros	(50.912)	(21.820)	(79.498)		(152.230)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(11.269)	(11.269)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	-	12.223	12.223
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(9.277)	(9.277)
Saldo em 31/12/2022	788.506	337.568	736.947	87.425	1.950.446

Debêntures de emissão da Eletroriver

Restrições: A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("Covenants"), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,62x, portanto, superior ao índice de 1,20x determinado na escritura de emissão e em conformidade com as determinações da escritura debêntures.

Garantias: Os debenturistas da Eletroriver estão garantidos pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Brasil PCH de sua titularidade, representativas de 70% do Capital Social da investida, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

Debêntures de emissão da BSB

Restrições: A controlada BSB, está sujeita a cláusulas restritivas ("Covenants"), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BSB apresentou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,62x, portanto, superior ao índice de 1,20x determinado na escritura de emissão e em conformidade com as determinações da escritura debêntures.

Garantias: Os debenturistas da BSB estão garantidos pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Brasil PCH de sua titularidade, representativas de 30% do Capital Social da investida, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

Debêntures de emissão da Brasil PCH

Restrições: A Brasil PCH e suas controladas estão sujeitas a Covenants que incluem, dentre outros, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção de ICSD de 1,20x ou superior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Brasil PCH apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 2,34x (2021, 3,06x), superior ao índice determinado na escritura de 1,20x, logo o ICSD desta controlada também está em conformidade com as determinações da

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

escritura de debêntures. **Garantias:** Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas ("Ações Alienadas"); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL ("Autorizações"), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA ("CCVEs"), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio ("Seguros"), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas ("Direitos Relacionados às Ações Alienadas"), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança da PCHPAR e das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

(a) Instrumento financeiro derivativo - SWAP designado como "hedge" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série da primeira emissão de debêntures realizada pela controlada Brasil PCH, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as informações sobre a marcação a mercado do SWAP são as abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" – MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2022	406.856	325.155	(80.290)	(1.411)
16/11/2026	450.000	31/12/2023	313.570	237.841	(75.728)	(4.766)

17. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2023
Compromissos socioambientais (a)	18.376	1.856	(1.261)	288	19.259
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.790	10.747	(3.679)	476	18.334
Provisão p/ registro de terras (c)	1.499	310	-	-	1.809
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.690	243	-	-	13.933
Total	44.355	13.156	(4.940)	764	53.335
Passivo circulante	6.245				8.380
Passivo não circulante	38.110				44.955

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2025	9.154
2026	7.366
2027	4.651
2028	3.201
2029	2.345
2030	2.023
2031	932
2032	627
2033	723
Indenização de terras (sem prazo definido)	13.933
Total	44.955

	31/12/2021	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2022
Compromissos socioambientais (a)	14.678	4.314	-	(767)	151	18.376
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.758	2.661	-	(2.925)	296	10.790
Provisão p/ registro de terras (c)	1.525	-	(26)	-	-	1.499
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.518	172	-	-	-	13.690
Total	40.479	7.147	(26)	(3.692)	447	44.355
Passivo circulante	5.905					6.245
Passivo não circulante	34.574					38.110

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação das PCHs, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA") de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que o Grupo precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs do Grupo possuem licença de operação obtida junto ao respectivo órgão ambiental, estando todas válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de diversos compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, plantio, proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão fundiária: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessário que as SPEs adquirissem terras e instituísssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que os valores das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	23.491	26.236
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	8.885	7.606
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	920	932

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

PIS e COFINS não cumulativo	6	6	12	4.325
PIS e COFINS cumulativo	-	-	4.234	2.222
Impostos diferidos (b)	-	-	649	727
Outros tributos a recolher	3	8	1.004	919
Total	<u>80</u>	<u>85</u>	<u>39.195</u>	<u>42.967</u>
Passivo circulante	80	85	30.310	35.361
Passivo não circulante	-	-	8.885	7.606

- (a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.
- (b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

19. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)**a) Composição da receita diferida**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>4.143</u>	<u>1.773</u>
Total	<u>4.143</u>	<u>1.773</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>1.773</u>	<u>4.315</u>	<u>(1.945)</u>	<u>4.143</u>
	<u>1.773</u>	<u>4.315</u>	<u>(1.945)</u>	<u>4.143</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2022</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>4.367</u>	<u>2.908</u>	<u>(2.771)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>1.773</u>
	<u>4.367</u>	<u>2.908</u>	<u>(2.771)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>1.773</u>

Cumpramos destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Brasil PCH e as SPEs, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista	<u>167</u>	<u>92</u>
Regulatório	<u>2.849</u>	<u>1.542</u>
Tributário	<u>999</u>	<u>1.188</u>
Cíveis	<u>170</u>	<u>148</u>

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Total 4.185 2.970

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$ 4.185 (R\$2.970 em 31 de dezembro de 2022), conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	92	75	-	-	-	167
Regulatório (*)	1.542	25	(71)	-	1.353	2.849
Tributário (*)	1.188	40	(38)	(203)	12	999
Cíveis	148	11	-	-	11	170
Total	<u>2.970</u>	<u>151</u>	<u>(109)</u>	<u>(203)</u>	<u>1.376</u>	<u>4.185</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista	164	67	(139)	-	-	92
Regulatório (*)	1.393	94	-	-	55	1.542
Tributário (*)	916	490	(133)	(105)	20	1.188
Cíveis	108	35	-	-	-	148
Total	<u>2.581</u>	<u>686</u>	<u>(272)</u>	<u>(105)</u>	<u>80</u>	<u>2.970</u>

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas (a)	1.437	1.387
Cíveis (b)	25.166	2.971
Ambientais (c)	1.380	1.408
Tributário (d)	651	751
	<u>28.634</u>	<u>6.517</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas (a)	1.387	694
Cíveis (b)	2.971	2.741
Ambientais (c)	1.408	1.019
Tributário (d)	751	1.224
	<u>6.517</u>	<u>5.678</u>

- (a) Ações trabalhistas que se referem, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira. No âmbito trabalhista, destaca-se, ainda, a existência de uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) No âmbito das ações cíveis, existe ação de indenização, no valor de R\$ 2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. Existem ainda ações de indenização, no valor de R\$ 22.195, por danos morais, ambientais e materiais, à jusante da PCH São Simão, em decorrência das cheias ocorridas em 2020.
- (c) São ações ambientais, cujos réus são as controladas da Companhia, no âmbito das quais é

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

discutida, principalmente, indenização por prejuízo com "Lavra de Areia". Adicionalmente, a Carangola Energia S.A. é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor, tendo em vista o estágio processual.

- (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e à ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre o Encargo de Uso do Sistema de Distribuição – EUSD.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**21.1. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Preferenciais Subscritas	Total de Ações Subscritas	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.279	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente à R\$ 0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destas receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia.

21.2. Reserva Legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

21.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

21.4. Reserva de lucros a realizar

Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de R\$ 719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na controlada, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a “lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.

A alocação desses valores na reserva de lucros a realizar visa evitar que a Companhia fique obrigada a distribuir dividendos em momento anterior ao da realização financeira do lucro dessa operação, que ocorrerá apenas em exercícios futuros, a partir de lucros financeiros provenientes da distribuição de lucros das controladas da Companhia ou venda da participação acionária por ela detida na Brasil PCH. Nesse sentido, conforme preceitua o artigo 202, III, da Lei das Sociedades Anônimas, somente quando tais resultados forem realizados é que a Companhia fica obrigada a acrescer parcela realizada dessa reserva, que não tenha sido absorvida por prejuízos auferidos pela Companhia, no cálculo do dividendo a ser distribuído, sem que, por outro lado, haja qualquer impedimento à reversão da reserva de lucros a realizar.

21.5. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	290.753	261.122
Base de cálculo dos dividendos	290.753	261.122
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	72.688	65.280
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório pagos	-	(65.280)
Dividendos declarados adicionais	60.333	6.477
Dividendos propostos adicionais	157.732	189.365

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, bem como do seu saldo registrado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	110.579	110.579
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	71.757	73.979
Dividendos aprovados - reserva de lucros a realizar	71.226	73.463
Dividendos pagos	(253.562)	(258.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Dividendos adicionais aprovados (*)	189.365	194.605
Proposição de dividendos intermediários (**)	133.021	136.939
Dividendos pagos	(150.000)	(155.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas nos dias 31 de março de 2022 e 13 de março de 2023.

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

(**) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de agosto de 2023.

21.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada Brasil PCH. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante negativo de R\$ 3.266 (R\$ 9.027 positivo em 31 de dezembro de 2022) como perda de valor justo de instrumento de hedge.

22. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	290.753	261.122
Lucro por ação básico e diluído:		
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	4,7154	4,2349

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	755.372	742.643
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE	(1.965)	2.478
Recontabilizações e demais ajustes financeiros	(2.647)	2.125
	750.760	747.246
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(33.282)	(32.708)
PIS e COFINS Diferido	113	(167)
	(33.168)	(32.875)
Receita líquida de vendas	717.591	714.371

(*) Sendo a suas controladas indiretas contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais. Ver nota explicativa nº 1.1.

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e administradores	(75)	(34)
Serviços de terceiros	(440)	(1.092)
Tributos	(149)	(671)
Outras despesas, líquidas	(58)	(143)
	(722)	(1.940)

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização (*)	(82.891)	(83.908)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(25.348)	(23.960)
Pessoal e administradores	(34.732)	(31.690)
Manutenção	(12.554)	(15.673)
Serviços de terceiros	(4.949)	(4.534)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.024)	(10.428)
Seguros	(11.043)	(9.015)
Operação	(2.136)	(2.258)
Meio Ambiente	(413)	(463)
Tributos	(934)	(2.872)
Taxas setoriais	(1.105)	(996)
Receita com indenização recebida (**)	3.797	17.500
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	-	(6.690)
Outras despesas, líquidas	(3.172)	(3.489)
	<u>(185.746)</u>	<u>(178.476)</u>
Custo das vendas de energia	(166.288)	(165.278)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(19.458)	(13.198)

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R\$ 357, apurados em 31 de dezembro de 2023, (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário de sua controlada indireta Santa Fé.

(**) A receita com indenização recebida está divulgada na Nota Explicativa nº 1.3.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(89.549)	(101.448)	(212.719)	(242.126)
Custos de transação de debêntures	(2.724)	(2.110)	(5.281)	(4.372)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.534)	(15.797)
Variação monetária sobre contas a pagar	-	(1.817)	-	(2.596)
Outras despesas financeiras	(229)	(837)	(4.757)	(3.998)
Total	<u>(92.502)</u>	<u>(106.212)</u>	<u>(227.291)</u>	<u>(268.889)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.785	7.375	17.985	26.730
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	296	1.134
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	-	-	11.186	12.119
Outras receitas financeiras	223	492	1.044	1.077
Total	<u>3.008</u>	<u>7.867</u>	<u>30.511</u>	<u>41.060</u>
Total	<u>(89.494)</u>	<u>(98.345)</u>	<u>(196.780)</u>	<u>(227.829)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Controladora	Consolidado
--------------	-------------

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	290.753	261.122	335.065	308.066
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(98.856)	(88.781)	(113.922)	(104.742)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	150.144	151.013
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	129.529	122.878	-	-
Outros efeitos permanentes	-	-	396	437
Crédito tributário não constituído (*)	(30.673)	(34.097)	(72.439)	(85.919)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(35.821)	(39.192)

Correntes	-	-	(47.385)	(50.204)
Diferidos	-	-	11.564	11.012

(*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 247.687 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 138.659 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros fiscais futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 14, 15 e 16, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/12/2023	31/12/2022
Mais valia imobilizado	338.767	353.291
Mais valia intangível	1.380.956	1.411.353
Ajuste a valor justo de debêntures	(32.433)	(43.621)
	1.687.290	1.721.023
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	573.679	585.148

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Risco de mercado**

O risco de mercado decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 97% a 101,5% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de dezembro de 2023, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia, BSB e Brasil PCH.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade do Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2023.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	431	431	431	-	-
Seguros a pagar	-	3.858	3.858	3.858	-	-
Debêntures (*)	16	1.626.805	2.128.091	45.389	383.441	1.699.261
Instrumento financeiro derivativo	16	80.495	85.881	2.810	15.438	67.633
Total		1.711.589	2.218.261	52.488	398.879	1.766.894

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data, desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído, conforme nota explicativa nº 16.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.848	11.459	135.650	172.939
Aplicações financeiras	8	1	23	12.852	12.578
Contas a receber	9	-	-	176.312	161.675
Depósitos judiciais	10	-	-	23.196	20.622
Outros ativos	-	-	-	691	204
<u>Mensurados pelo valor justo</u>					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	-	-	-	-	320
<u>Passivos financeiros</u>					
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores		-	46	431	542
Seguros a pagar		-	-	3.858	2.525
Debêntures	16	752.776	807.346	1.626.805	1.857.533
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	16	-	-	80.495	82.021

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2023, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia, da BSB e da Brasil PCH, conforme o caso. Exceto pelas

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.723.759 (Nível 2) (R\$ 1.940.128 em 31 de dezembro de 2022), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2023 (fonte Boletim Focus datado de 29 de dezembro de 2023) CDI (11,75%) e IPCA (4,46%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	7	135.639		15.938	11.953	7.969
Aplicação financeira	8	12.852		1.510	1.133	755
		<u>148.491</u>	Baixa do CDI	<u>17.448</u>	<u>13.086</u>	<u>8.724</u>
Debêntures – Eletroriver e BSB	16	1.075.394	Aumento do IPCA + 7,04%	123.670	154.588	185.505
Debêntures e swap – Brasil PCH	16	627.138	Aumento do IPCA + 8,2647	79.801	99.752	119.702

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliação de valor justo entre o Nível 1 e Nível 2, nem entre Nível 2 e Nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, ele está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de captação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2022, são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (nota explicativa nº 16)	736.660	788.506	1.712.607	1.950.447
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 7 e 8)	(11.848)	(11.459)	(148.502)	(185.517)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	<u>724.812</u>	<u>777.047</u>	<u>1.564.105</u>	<u>1.764.930</u>
Total do patrimônio líquido	<u>967.059</u>	<u>1.001.958</u>	<u>996.926</u>	<u>1.032.582</u>
Total do capital (b)	<u>1.691.871</u>	<u>1.779.005</u>	<u>2.561.031</u>	<u>2.797.512</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	43%	44%	61%	63%

28. COBERTURA DE SEGURO**Seguro "Directors & Officers" (D&O)**

A Brasil PCH renovou, para ela e suas controladas (diretas e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2024, mantendo a cobertura no montante de R\$ 70.000.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, com vigência até 28 de abril de 2024, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

O Grupo possui cobertura de seguro, com vigência até 27 de junho de 2024, para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$ 3.993.833.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Constituição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	271	2.333
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	13.156	7.147

Notas Explicativas

Eletroriver S.A.

Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	(26)
Adição de imobilizado ainda não liquidada	90	287
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	8.246	12.567
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	259	108
Outras baixas de imobilizado e intangível		14
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(3.357)	9.277

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 07 de fevereiro de 2024.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento
Presidente

Jorge Antônio Carvalho Lima
Conselheiro - Vice - presidente

Augusto César Campos de Sousa Machado
Conselheiro

Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador Responsável

Braulio Rio Sá
CRC: MG 117577/O - 2
Contador

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Eletroriver S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletroriver S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ágio adquirido em combinação de negócios ("Impairment")

Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de ágios gerados em combinações de negócios, que estão sujeitos à avaliação anual de "impairment". Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de "impairment" envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas com as projeções dos fluxos de caixa e com a taxa de desconto utilizadas. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade desses ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria sobre o teste de valor recuperável do ágio adquirido em combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações

do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

(i) Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.598.620-010, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 903.775.085-00, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010; e (ii) Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da ELETRORIVER S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Salvador, 15 de fevereiro de 2024.

ELETRORIVER S.A.

ANTÔNIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO
Diretor Presidente

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

(i) Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.598.620-010, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 903.775.085-00, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010; e (ii) Walter Nunes Seijo Neto, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da ELETRORIVER S.A., sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Salvador, 15 de fevereiro de 2024.

ELETRORIVER S.A.

ANTÔNIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO
Diretor Presidente

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores